

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO SOBRE A  
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO  
(Art. 16 Da IN 20 TCESC)  
ANEXO VII**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**

**I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da unidade jurisdicionada:**

**a) Estrutura Orgânica: Organograma do Órgão de Controle Interno**

Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

- Coordenadoria do Sistema de Controle Interno
- Coordenadora dos Sistema de Controle Interno

**b) Estrutura de Pessoal:**

<b>Servidor</b>	<b>Cargo</b>	<b>Atribuições no Controle Interno</b>
Edione Teresinha Balestrin Fioreze	Coordenadora do Sistema de Controle Interno	Elaborar Plano Anual de Auditoria Interna
		Executar auditorias do Plano Anual de Auditoria Interna
		Emitir Parecer sobre o objeto auditado
		Emitir pareceres e outros documentos pertinentes ao órgão
		Enviar dados e informações ao Tribunal de Contas do Estado

Esta estrutura é única para todas as entidades: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Assistência.

### c) Procedimentos de Controle adotados

#### Unidade Gestora Prefeitura Municipal

Data	Espécie	Finalidade
21/06/2016	Memorando	Apuração quanto a possível acumulação de cargo, emprego ou função de servidor público
30/08/2016	Memorando	Orientação sobre controle de frequência dos servidores públicos a Secretária Municipal de Administração.
30/08/2016	Memorando	Orientação sobre controle de frequência dos servidores públicos ao Prefeito Municipal
30/08/2016	Memorando	Orientação sobre controle de frequência dos servidores públicos a Diretora de Departamento de Recursos Humanos.

#### Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde

Data	Espécie	Finalidade
30/08/2016	Memorando	Alerta quanto ao atraso no cadastro de dados no sistema de compras diretas dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social e de Assistência.
05/09/2016	Memorando	Alerta quanto ao atraso no cadastro de dados no sistema de compras diretas dos Fundos de Saúde, Assistência Social e Assistência ao Diretor de Compras e Licitações

#### Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social

Data	Espécie	Finalidade
30/08/2016	Memorando	Alerta quanto ao atraso no cadastro de dados no sistema de compras diretas dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social e de Assistência.
05/09/2016	Memorando	Alerta quanto ao atraso no cadastro de dados no sistema de compras diretas dos Fundos de Saúde, Assistência Social e Assistência ao Diretor de Compras e Licitações

#### Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência

Data	Espécie	Finalidade
30/08/2016	Memorando	Alerta quanto ao atraso no cadastro de dados no sistema de compras diretas dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social e de Assistência.
05/09/2016	Memorando	Alerta quanto ao atraso no cadastro de dados no sistema de compras diretas dos Fundos de Saúde, Assistência Social e Assistência ao Diretor de Compras e Licitações

**d) Forma/meio de comunicação/integração entre as unidades**

Data	Espécie	Finalidade
Não foram realizados treinamentos internos de servidores		

Esta informação é válida para todas as unidades gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência.

**II – Resumo das atividades desenvolvidas pelo OCI e o quantitativo das auditorias planejadas e das auditorias realizadas;**

Prefeitura Municipal de Água Doce

<b>Auditorias Planejadas cfe plano de auditoria</b>	<b>Auditorias Executadas</b>	<b>Observações</b>
Controle de frotas da Secretaria Municipal de Agricultura	Auditoria no controle de frotas da Secretaria municipal de Agricultura no mês 05/2016 e o período analisado de 01/01/2016 a 31/03/2016.	Falta de software para alimentação de dados do sistema de frotas. Controles manuais e deficitários para comparação dos gastos com máquinas e veículos.
Controle de frotas da Secretaria Municipal de Urbanismo	Auditoria no controle de frotas da Secretaria municipal de Urbanismo no mês 06/2016 e o período analisado de 01/01/2016 a 31/03/2016.	Utilização do Sistema de Frotas da empresa Betha Sistemas, porém bastante incompleto por falta de treinamento do funcionário responsável.
Controle de frotas da Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura	Auditoria no controle de frotas da Secretaria municipal de Transporte e Infraestrutura no mês 07/2016 e o período analisado de 01/01/2016 a 31/03/2016.	Apontada deficiência no sistema de Frotas desta secretaria em virtude da falta de equipamento adequado para suportar o sistema.
Controle de frotas da Secretaria Municipal de Educação	Auditoria não realizada	

Fundo Municipal de Saúde de Água Doce

<b>Auditorias Planejadas cfe plano de auditoria</b>	<b>Auditorias Executadas</b>	<b>Observações</b>
Controle de frotas da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social	Auditoria no controle de frotas da Secretaria municipal de Saúde e Promoção Social no mês	Cadastro incompleto, por falta de treinamento do servidor e atualização do

	04/2016 e o período analisado de 01/01/2016 a 31/03/2016.	sistema. Falta de funcionários.
--	---	---------------------------------

A auditoria acima contempla o Fundo municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Assistência Social, que pertencem a mesma secretaria: Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

O Fundo Municipal de Assistência não possui frota, e não foi realizada nenhuma auditoria nesta unidade gestora em 2016.

**III – Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo, indicando os atos de gestão ilegais, ilegítimos ou antieconômicos:**

Relatório de Auditoria nº	Ato apontado e falha mantida (após os esclarecimentos do gestor)	Valor do débito sujeito à glosa	Medidas adotadas pelo Controle interno	Medidas adotadas pelo Gestor	Identificação do gestor e período do mandato
Não identificado					

Esta informação é válida para todas as unidades gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência.

**IV - Quantitativo de tomadas de contas especiais instauradas e os respectivos resultados, com indicação de números, causas, datas de instauração, comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas:**

Tomada de Contas Especial	Objeto	Ato de instauração e dada	Gestor/Servidor identificado	Medidas adotadas pela Administração	Medidas adotadas pelo Gestor	Resultados (EX: comunicação ao TCESC, MP...)
Sem ocorrência						

Esta informação é válida para todas as unidades gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência.

**V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres:**

Unidade Gestora Prefeitura Municipal

Convênio	Entidade que recebeu os recursos	Finalidade	Data Transferência dos valores	Valores	Data da Prestação de contas	Situação da Prestação de contas
08/2014	Município de Joaçaba - Fundo Municipal de Assistência Social	Cooperação financeira – Abrigar crianças e adolescentes do Conveniado	20/04/2016	880,00	24/05/2016	Regular
			25/05/2016	880,00	15/06/2016	Regular
			23/06/2016	1760,00	15/07/2016	Regular
			18/07/2016	3960,00	16/08/2016	Regular
			30/08/2016	8800,00	06/10/2016	Regular
			10/10/2016	4400,00	08/11/2016	Regular
			21/11/2016	4400,00	16/12/2016	Regular
			20/12/2016	19800,00	09/02/2017	Regular
			03/2016	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Doce APAE	Auxílio financeiro para manutenção dos serviços prestados	09/03/2016
20/04/2016	4000,00	02/05/2016				Regular
09/05/2016	4000,00	09/06/2016				Regular com Ressalva
04/2016	Associação de Pais e amigos dos Surdos APAS	Prestação de serviços educacionais, fonoaudiolog. linguagem de sinais e teste da orelhinha	09/05/2016	1260,00	23/06/2016	Regular com Ressalva
			23/06/2016	630,00	05/08/2016	Regular com Ressalva
			03/08/2016	1260,00	18/08/2016	Regular
			05/09/2016	630,00	26/09/2016	Regular
			12/09/2016	630,00	27/10/2016	Regular
			07/11/2016	630,00	02/12/2016	Regular
			16/12/2016	630,00	21/12/2016	Regular
			26/12/2016	630,00	15/02/2017	Regular com Ressalva
05/2016	Associação Veneta La Montanara de Água Doce	Auxílio financeiro para auxiliar na manutenção dos serviços contidos no seu objeto social	14/04/2016	4000,00	06/05/2016	Regular
006/2016	Associação de Agricultores Vale do Estreito	Repasse financeiro para a associação cumprir	20/04/2016	13000,00	11/05/2016	Regular
			18/05/2016	13000,00	16/06/2016	Regular



		não compreend. nas unidades de saúde	10/10/2016 04/11/2016 05/12/2016 27/12/2016	37817,50 37817,50 37817,50 37817,50	01/11/2016 02/12/2016 22/12/2016 31/01/2017	Regular Regular Regular Regular
--	--	--------------------------------------	--	--	--	--

Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social

Convênio	Entidade que recebeu os recursos	Finalidade	Data Transferência dos valores	Valores	Data da Prestação de contas	Situação da Prestação de contas
Sem dados a informar						

Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência

Convênio	Entidade que recebeu os recursos	Finalidade	Data Transferência dos valores	Valores	Data da Prestação de contas	Situação da Prestação de contas
Sem dados a informar						

**VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada, incluindo as dispensas e inexigibilidades de licitação, identificando os critérios de seleção, quando a avaliação for por amostragem:**

Processo	Objeto	Modalidade	Valor	Fornecedor	CPF/CNPJ	Avaliação do Controle Interno
Não encontrado registros de avaliações por parte do Controle Interno em processos licitatórios						

Esta informação é válida para todas as unidades gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência.

**VII - Avaliação da gestão de recursos humanos, por meio de uma análise da situação do quadro de pessoal efetivo e comissionados, contratações temporárias, terceirizados, estagiários e benefícios previdenciários mantidos pelo tesouro ou regime próprio de previdência social - RPPS;**

**a) Análise do Quadro de Pessoal Efetivo:**

Em análise detalhada de alguns cargos, observou-se que há alguma ociosidade, devido às atribuições próprias do cargo criado em lei.

Desvios de função não foram identificados.

O controle da jornada de trabalho é feito através de ponto eletrônico, onde o empregador consegue controlar com eficiência o cumprimento do horário de trabalho de todos os

funcionários, de forma informatizada. Em 2016 os estagiários e os servidores comissionados não faziam o controle da jornada de trabalho através do ponto eletrônico. O banco de horas não foi implantado.

**b) Análise do Quadro de Pessoal em Comissão:**

Os funcionários nomeados para cargo de provimento em comissão exercem as funções compatíveis com suas nomeações. Há registro no ponto eletrônico de funcionários efetivos designados para cargo em comissão, exceto dos cargos eletivos, que são dispensados.

**c) Análise das contratações temporárias:**

Os funcionários contratados para cargos temporários na administração foram em caráter excepcional, para substituição de profissionais, ou em licença para tratamento de saúde ou licença maternidade, todos devidamente documentados e justificados.

**d) Análise das contratações de serviços terceirizados:**

O nosso Município terceiriza parte do transporte escolar, em virtude da nossa extensão territorial. Contratamos o serviço já inclusas todas as despesas com veículos e motoristas. As despesas com pessoal estão corretamente contabilizadas e inclusas no percentual de despesa com pessoal do Município, de acordo com o que determina a legislação.

**e) Análise das contratações de estagiários:**

Os estagiários contratados exerceram suas funções, desenvolvendo as atividades de acordo com a proposta de estágio.

Os contratos foram feitos com uma empresa que presta o serviço de intermediário, cumprindo o que está definido na Lei Federal e Municipal.

**f) Análise dos Processos de pagamento aos beneficiários previdenciárias mantidos pelo Tesouro ou RPPS:**

O Município não apresenta Regime Próprio de Previdência.

O quadro de funcionários pertence a unidade gestora Prefeitura Municipal, onde são realizados os concursos, testes seletivos e as contratações.

As informações registradas no item VII deste relatório foram prestadas pelo departamento de Recursos Humanos.

**VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício no que tange às providências adotadas em cada caso e eventuais justificativas do gestor para o não cumprimento:**

Unidade Gestora Prefeitura Municipal

Processo	Apontamento pelo TCE	Providências Gestor	Análise do Controle Interno
Decisão Normativa	Considerar as normas legais e reguladores relativas a acessibilidade	- Para todas as obras novas foram consideradas as normas legais de acessibilidade.	Para novas obras buscou-se adequar os projetos a fim de



n.TC 0014/2016	na execução de obras e edificações, vias, logradouros públicos	- Para edificações mais antigas ainda não conseguimos as adequações exigidas.	atender as normas legais de acessibilidade
Portaria nº TC 0128/2016	Adequação quanto ao envio por meio eletrônico de documentação em casos previstos na Portaria nº TC 0128/2016	O Departamento de Compras, Licitações e Contratos está se adequando a Portaria nº TC 0128/2016	O Departamento de Compras Licitações e Contratos está se adequando e fazendo as publicações para atender as normas da Portaria nº TC 0128/2016, que altera os Anexos I a VI da IN TC 21/2015
Notificação de Alerta Nº 78770/2016	Análise dos dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2016, para verificação do cumprimento da LRF – Limites de alerta		

Quanto a Notificação de Alerta nº 78770/2016 não encontramos registros das medidas tomadas pelo controle interno e pelo gestor à época.

#### Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde

Processo	Apontamento pelo TCE	Providências Gestor	Análise do Controle Interno
Decisão Normativa n.TC 0014/2016	Considerar as normas legais e reguladores relativas a acessibilidade na execução de obras e edificações, vias, logradouros públicos	- Para todas as obras novas foram consideradas as normas legais de acessibilidade. - Para edificações mais antigas ainda não conseguimos as adequações exigidas.	Para novas obras buscou-se adequar os projetos a fim de atender as normas legais de acessibilidade. As unidades de atendimento ESFs atendem as normas de acessibilidade.
Portaria nº TC 0128/2016	Adequação quanto ao envio por meio eletrônico de documentação em casos previstos na Portaria nº TC 0128/2016	O Departamento de Compras, Licitações e Contratos está se adequando a Portaria nº TC 0128/2016	O Departamento de Compras Licitações e Contratos está se adequando e fazendo as publicações para atender as normas da Portaria nº TC 0128/2016, que altera os Anexos I a VI da IN TC 21/2015

#### Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social

Processo	Apontamento pelo TCE	Providências Gestor	Análise do Controle Interno
----------	----------------------	---------------------	-----------------------------

Decisão Normativa n.TC 0014/2016	Considerar as normas legais e reguladores relativas a acessibilidade na execução de obras e edificações, vias, logradouros públicos	- Para todas as obras novas foram consideradas as normas legais de acessibilidade. - Para edificações mais antigas ainda não conseguimos as adequações exigidas.	Para atendimento aos programas assistenciais buscamos atender as normas legais de acessibilidade
Portaria nº TC 0128/2016	Adequação quanto ao envio por meio eletrônico de documentação em casos previstos na Portaria nº TC 0128/2016	O Departamento de Compras, Licitações e Contratos está se adequando a Portaria nº TC 0128/2016	O Departamento de Compras Licitações e Contratos está se adequando e fazendo as publicações para atender as normas da Portaria nº TC 0128/2016, que altera os Anexos I a VI da IN TC 21/2015

**Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência**

<b>Processo</b>	<b>Apontamento pelo TCE</b>	<b>Providências Gestor</b>	<b>Análise do Controle Interno</b>
Decisão Normativa n.TC 0014/2016	Considerar as normas legais e reguladores relativas a acessibilidade na execução de obras e edificações, vias, logradouros públicos	- Para todas as obras novas foram consideradas as normas legais de acessibilidade. - Para edificações mais antigas ainda não conseguimos as adequações exigidas.	A unidade não possui sede própria, funcionando junto a Prefeitura Municipal.
Portaria nº TC 0128/2016	Adequação quanto ao envio por meio eletrônico de documentação em casos previstos na Portaria nº TC 0128/2016	O Departamento de Compras, Licitações e Contratos está se adequando a Portaria nº TC 0128/2016	O Departamento de Compras Licitações e Contratos está se adequando e fazendo as publicações para atender as normas da Portaria nº TC 0128/2016, que altera os Anexos I a VI da IN TC 21/2015

**IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle, indicando: nº do Acórdão ou título executivo e data; nome do responsável; valor; situação do processo de cobrança, indicando data da inscrição em dívida ativa, ajuizamento e conclusão do processo;**

<b>Processo Acórdão Título</b>	<b>Data</b>	<b>Gestor Responsável</b>	<b>Situação da cobrança</b>	<b>Data Inscrição em Dívida Ativa</b>	<b>Data Ajuizamento</b>	<b>Conclusão do Processo</b>	<b>Obs. Do Controle Interno</b>
Sem dados a informar							

Esta informação é válida para todas as unidades gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência.

**X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência, se houver, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a atualização da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas:**

Contrato de Renegociação Número	Valor original	Valor atualizado da dívida	Nº de parcelas	Crítérios de atualização
O Município não apresenta dívida com o Instituto, nem Regime Próprio de Previdência				

Esta informação é válida para todas as unidades gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência.

**XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge:**

O Tribunal de Contas do Estado recebe todas as informações e números dos municípios através do sistema Sfinge.

Algumas dificuldades e atrasos no envio de dados em alguns bimestres tem ocorrido em virtude da demora e adequação da empresa de informática para atendimento das exigências do TCE.

As observações acima mencionadas são válidas para todas as unidades gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência.

**XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 desta Instrução Normativa."**

A estrutura do Controle Interno em nosso município está vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito e é composta por uma servidora efetiva, nomeada em Cargo de Comissão de Coordenadora do Sistema de Controle interno. Apesar de não termos mais técnicos no setor de Controle Interno, buscamos trabalhar efetivamente em parceria com as Secretarias Municipais, em especial, com os coordenadores administrativos e/ou financeiros, responsáveis por patrimônio, contabilidade e assessores municipais, tentando implantar uma filosofia de procedimentos, com o intuito de aperfeiçoar os custos e os benefícios, assim como preconiza os princípios da administração pública.

No exercício de 2016 foram realizadas auditorias no controle das frotas das Secretarias Municipais de Saúde e Promoção Social, Agricultura, Urbanismo e Transporte e Obras, onde

foram apontadas algumas deficiências e falhas de ordem formal e operacional. Já foram tomadas algumas providências para sanar o problema, porém outras medidas ainda deverão ser tomadas pelo Prefeito Municipal, no sentido de adequar os departamentos auditados, com o objetivo de ajustar normas de controle para cumprimento dos princípios que regem a administração pública.

O Plano Anual de Auditoria Interna (Instrução Normativa de Controle Interno nº 001/2016) contempla também auditoria no controle de frotas da Secretaria Municipal de Educação, porém os trabalhos não foram concluídos pela Coordenadora do Sistema de Controle Interno da época Cármen Lúcia Piccoli Nichetti.

Pelos dados observados, acreditamos que a municipalidade buscou promover o cumprimento da Legislação Federal, quanto às metas de receita e despesa públicas, execução do orçamento, limites de gasto com pessoal, endividamento, aplicação em saúde e educação, desempenho da receita, visando evidenciar os princípios Constitucionais da legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, eficiência e eficácia na gestão do patrimônio público municipal.

Considero que o município de Água Doce apesar das dificuldades no decorrer do exercício de 2016, atendeu a população, cumprindo com as exigências legais dentro das normas de aplicação na área da Saúde, Educação, Fundeb.

Observou os limites de gastos de pessoal e endividamento, sendo que excedeu o limite prudencial e o limite de alerta, não ultrapassando o limite máximo de 54% imposto pela Lei de Responsabilidade fiscal, e;

Cumpriu com os princípios fundamentais da contabilidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial.

As informações apresentadas neste relatório por mim emitido, foram buscadas nos departamentos e em alguns poucos arquivos deixados pela coordenadora do sistema de controle interno da época, sendo os atos inteiramente de responsabilidade da administração anterior.

Água Doce (SC), 20 de abril de 2017

Edione Teresinha Balestrin Fioreze

Coordenadora do Sistema de Controle Interno